



FACULDADE METROPOLITANA  
NORTE RIOGRANDENSE

**FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE**

**DIRETORIA DE GRADUAÇÃO**

**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ISABELA DA COSTA ALVES SILVA**

**GARANTIA DA APROVAÇÃO DO ALUNO COM NECESSIDADE EDUCATIVA  
ESPECIAL – NEE – NA REDE REGULAR DE ENSINO: problema ou solução?**

**NATAL/RN**

**2023**

**ISABELA DA COSTA ALVES SILVA**

**GARANTIA DA APROVAÇÃO DO ALUNO COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL – NEE – NA REDE REGULAR DE ENSINO: problema ou solução?**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.

**Orientadora:** Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira

**Coorientador:** Professor Doutor Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira

**NATAL/RN**

**2023**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

S586g Silva, Isabela da Costa Alves.

Garantia da aprovação do aluno com Necessidade Educativa Especial – NEE – na rede regular de ensino : problema ou Solução?. – Natal, 2023.

42 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Ryllaneive Leonardo Pontes Teixeira.

1. Educação infantil – Monografia. 2. Ensino regular – Monografia 3. Alfabetização e Letramento – Monografia. I. Oliveira, Adriana Mônica. II. Teixeira, Ryllaneive Leonardo Pontes. III. Título.

CDD – 370

CDU – 37

**Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925**

#### **Índice de catálogo sistemático:**

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

**ISABELA DA COSTA ALVES SILVA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Monografia apresentada e aprovada em 27/12/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira  
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN

---

Professor Dr Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira  
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN



---

Professora Ms. Valdete Batista do Nascimento  
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN

“O sujeito mais confiante tenta mais, erra mas, aprende mais”.

(Piaget)

## **AGRADECIMENTOS**

A meu bondoso Deus, pela vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Ao meu filho Heitor que esteve comigo desde do início.

Aos meus familiares e amigos que me incentivaram nos momentos em que eu pensei em desistir e compreendeu a minha ausência quando eu me dedicava a realização deste trabalho.

Aos meus professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um empenho no meu processo de formação.

## **DEDICATÓRIA**

A meus Deus, sem ele eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho. Ao meu filho, minha razão de viver dedico este trabalho, a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada, também a quem não acreditou em mim que desde do início pensaram que eu não iria conseguir.

## RESUMO

A presente monografia objetivou pesquisar sobre o tema Garantia da Aprovação do Aluno Com Necessidade Educativa Especial NEE - na Rede Regular de Ensino: problema ou solução? Trata da importância da Inclusão no ensino regular para o exercício da cidadania e exercício do direito de todos à educação sem discriminação e preconceito, tendo como objetivo evidenciar as dificuldades encontradas entre pessoas com necessidades especiais na escola regular, a fim de relacionar teoria e prática, justificando o devido tema pela repercussão que o mesmo teve nos últimos anos e pela necessidade de entender como esse processo ocorre nas escolas de ensino utilizando assim as pesquisas bibliográficas tendo como principais autores; Mendes (1996); Minayto (2009); Anache (2011); Mantoan (2023). Gil (2002). Especificando-se apontar os fundamentos e princípios norteadores da educação inclusiva; contextualizar historicamente o processo de inclusão; entender as políticas educacionais da educação especial; enquanto encaminhamento metodológico de estudo. Acredita-se que o futuro da educação inclusiva depende da rápida expansão de programas que estejam verdadeiramente empenhados em transformar as escolas e na adaptação à nova era. Se hoje esses projetos ainda se limitam a experiências locais, eles demonstram a viabilidade de integração nas escolas e redes educacionais brasileiras devido à sua forte evidência e aparente simplicidade. Considera-se que a escola prepara o futuro e, claro, quando as crianças aprendem a valorizar e conviver com as diferenças na sala de aula, são adultos muito diferentes de nós, que temos que trabalhar muito para compreender e vivenciar a experiência da inclusão. Desta forma a aparente fragilidade das pequenas iniciativas é suficiente para nos dar confiança e otimismo para enfrentar o poder das velhas máquinas enferrujadas, a participação é um sonho possível.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino Regular.



## ABSTRACT

The present theoretical and research work aimed to work with the theme of Guaranteeing the Approval of Students with Special Educational Needs SEN - in the Regular Education Network: Problem or Solution?. It deals with the importance of Inclusion in regular education for the exercise of citizenship and the exercise of everyone's right to education without discrimination and prejudice, aiming to highlight the difficulties encountered among people with special needs in regular school, in order to relate theory and practice, justifying the appropriate topic due to the repercussion it has had in recent years and the need to understand how this process occurs in teaching schools, thus using bibliographical research with the main authors as authors; Mendes (1996); Minayto (2009); Anache (2011); Mantoan (2023). Gio (2002). Specifying the foundations and guiding principles of inclusive education; historically contextualize the inclusion process; understand special education educational policies; as a methodological direction for study. It is believed that the future of inclusive education depends on the rapid expansion of programs that are truly committed to transforming schools and adapting to the new era. If today these projects are still limited to local experiences, they demonstrate the feasibility of integration into Brazilian schools and educational networks due to their strong evidence and apparent simplicity. It is considered that school prepares the future and, of course, when children learn to value and live with differences in the classroom, they are adults very different from us, who have to work hard to understand and experience the experience of inclusion. In this way, the apparent fragility of small initiatives is enough to give us confidence and optimism to face the power of old rusty machines, participation is a possible dream.

**Keywords:** Inclusion. Regular education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>IMAGEM 1 - INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO</b>	21
<b>IMAGEM 2 - ALFABETO EM BRAILLE</b>	27
<b>IMAGEM 3 - MÁQUINA DE BRAILLE</b>	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>12</b>
2.1 Ações da Escola para Garantir a Permanência e o Desenvolvimento do Aluno com NEE .....	14
<b>3 A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR .....</b>	<b>19</b>
3.1 Benefício da Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência .....	23
3.2 Necessidade Educativa Especial – NEE - Legislações e políticas.....	25
3.3 Atendimento à criança especial.....	29
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a garantia da aprovação do aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino, bem como implementação da educação inclusiva em seus princípios, os principais aspectos e funcionalidades no âmbito escolar. Sendo assim, este tema traz a grande importância no desenvolvimento e aprendizagem desses alunos, favorecendo a quebra de preconceitos sociais, a aprendizagem de modo mais coletivo e dinâmico, a garantia de uma educação de qualidade para todos e mais valorização e aceitação de aceitar diversidade num processo de construção humano e do conhecimento pessoal desses alunos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa nos possibilita refletir sobre a Educação Inclusiva é uma modalidade de ensino ofertada nas instituições de ensino pública, realizando atendimentos especializados disponibilizam recursos e serviços para orientação no processo de aprendizagem, acompanhamento e desenvolvimento ao longo das etapas enfrentadas por alunos com diferentes necessidades especiais na rede pública de ensino.

Posto isto, o objetivo desta pesquisa é problematizar a aprovação direta desses alunos com necessidades educacionais especializadas, descobrir e entender suas dificuldades enfrentadas e solucionar problemas diários e juntos tentar novas estratégias com métodos de ensino voltadas à inclusão para que todos venham se desenvolver com igualdade. Desta feita a justificativa desse trabalho surge da necessidade de que a família e a escola em conjunto possam adquirir melhorias para educação inclusiva.

No que se refere a metodologia desta pesquisa, foi utilizado a revisão de literatura, bibliográfica e qualitativa, tendo como principais teóricos como: Mendes (1996); Minayto (2009); Anache (2011); Mantoan (2023). Gil (2002). Especificando-se apontar os fundamentos e princípios norteadores da educação inclusiva; contextualizar historicamente o processo de inclusão; entender as políticas educacionais da educação especial; mostrar a importância da formação de Profissionais da educação para trabalhar com pessoas especiais e refletir sobre a real forma de como está ocorrendo a inclusão em nossas escolas.

Esta monografia está estruturada da seguinte forma: No primeiro momento, faz um panorama geral sobre a história da educação especial, mostrando todos os caminhos percorridos até o momento. Em seguida, destaca, as ações da escola para garantir a permanência e o desenvolvimento do aluno com NEE; a importância do desenvolvimento no ensino regular; legislação e políticas de atendimento à criança especial. Por fim, vem o processo da metodologia; esperam uma preparação para o ensino de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas disciplinares, ou melhor, uma formação que lhes permita implementar planos de trabalho pedagógico pré-determinados nas salas de aula, garantindo-lhes uma solução dos chamados escolas, considerações Finais. Pois percebe-se que essa situação requer mudanças de paradigmas na educação, que tem que ter uma nova concepção de ensinar e aprender e essa mudança de paradigma implica em um novo olhar, um novo aprender de fazer educação, uma escola livre de preconceito. E como resultado da pesquisa nos levou a uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, em classes do ensino regular como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais às necessidades.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Para podermos compreender a formação e as práticas desenvolvidas pelos docentes que atuam no atendimento a alunos com deficiências, é primordial entender como foram constituídos os princípios, os objetivos e os modelos de atendimento educacional destinados a esses educandos (Marioto, 2013).

A Educação Especial tem experimentado nas últimas décadas enormes transformações estando em uma fase de transições em seus padrões e, até mesmo ultrapassando o simples conceito de atendimento especializado por condições de excepcionalidade para uma educação focada na formação integral do indivíduo com visão ao pleno exercício da cidadania (Lopes, 2012). E ainda de acordo com o pensamento de Lopes sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode-se constatar que até o século XVIII as noções e o conceito de diferenças individuais não eram compreendidas e avaliadas.

A religião com a sua liderança cultural, ao entender e colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito tinha a ideia de condição humana como incluindo a perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências ou imperfeições eram postos à margem da condição humana. Diante desse contexto, as pessoas possuísse algo diferentes, tivesse limitações funcionais e necessidades diferenciadas, eram de uma certa forma exterminadas ou tristemente acometidas ao abandono, o que então nessa época não se considerava um problema de natureza ética ou moral (Mazzota, 2001).

Na Idade Média, as pessoas “doentes”, “defeituosas” ou mentalmente afetadas, não podiam ser mortas, pois consideradas eram criaturas de Deus. Alguns eram expostos como fonte de diversão, como bobos da corte, algo que servia de exposição deixado à própria sorte. Mas, nessa mesma época no século XVIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes mentais (Lopes, 2012).

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiências no Brasil teve seu início por volta de 1854 com a fundação Imperial do Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro. Por volta de 1891 a escola passou a ser chamada Instituto Benjamin Constant em homenagem a um renomado e atuante ex-professor. Em 1856 criou-se o Instituto Imperial para Surdos e Mudos, é importante ressaltar que desde seu início a referida escola teve como características como um estabelecimento

educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos/mudos com idade entre 7 e 14 anos Mazzotta (2001). Para Marioto (2013) nos afirma que;

A partir de 1930, nota-se o começo de iniciativas importantes no atendimento ao deficiente, como a formação de associações, a instalação de escolas junto a hospitais e o aumento das instituições filantrópicas. Porém, apenas em 1961, a educação especial consegue lugar na legislação educacional, com a Lei 4.024/61 - Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que orienta, quando possível, que os sistemas educacionais devem atender ao aluno excepcional, com vistas a sua inserção na comunidade (Marioto, 2013, p. 15).

São perceptíveis as iniciativas relevantes ao atendimento aos portadores de deficiência, mas o seu processo de desenvolvimento de implementações de espaços exclusivos para tais pessoas é muito lento.

Em 1930 a 1960, tem-se também a elaboração de cursos de formação de professores para atuar com pessoas com deficiência, em especial o cego. Em 1951, é oferecido pelo Instituto nacional de surdo-mudo (INSM) o primeiro curso normal de professores para surdos com duração de 3 anos". Esse curso vem ao encontro do que determina a Lei Orgânica de Ensino, quando preconiza a formação de professores para atuarem com alunos surdos (Jannuzzi, 2004, p. 82).

Foi implantada em 1932 a sociedade Pestalozzi no Brasil, a primeira instituição designada para educar pessoas com deficiência mental. Surge no cenário brasileiro, em 1954, o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí as APAEs tornaram-se a maior prestadora de serviços da educação e habilitação das pessoas portadoras de deficiências em todo o país (Mazzotta 2001).

Até à década de 1960, os métodos educativos utilizados para servir estes clientes destinavam-se mais a crianças e jovens que não podiam frequentar escolas regulares ou que não conseguiam progredir na sua educação e eram excluídos das classes regulares. A justificativa para essa separação é que esses alunos seriam mais bem atendidos se fossem encaminhados para classes ou escolas especiais. O ensino privado constitui então um sistema paralelo ao público até que surjam razões éticas, lógicas, científicas, políticas, econômicas e legais que confirmam e justificam as práticas de integração na escola comum (Mendes, 1996, p. 26).

Na década de 1970, o número de instituições privadas de educação especial e de redes públicas cresceu à medida que classes e escolas especiais começaram a ser estabelecidas em todo o país. Até meados da mesma década, a questão das educações especiais no Brasil sempre foi tratada por técnicos ou responsáveis considerados “especialistas na área”. O paternalismo, o assistencialismo e o clientelismo, a defesa da institucionalização foi o tom central de todas as reivindicações relacionadas ao tema (Brasil, 1990, p. 40).

O objetivo de estabelecer e garantir um apoio integral e pedagógico à pedagogia especial foi concretizado em 1972, quando o governo escolheu o setor educacional I como área prioritária da educação especial durante a elaboração do plano. Como resultado desse plano foi criado o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial). Este fato é muito importante para qualquer análise histórica a seu respeito, “pois marca o início de atividades sistemáticas voltadas à ampliação e melhoria do serviço educacional oferecido no Brasil no campo da pedagogia especial” (Padial, 1996, p. 15).

No Brasil, um movimento pioneiro para respeitar os direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência intelectual, e para respeitar as condições e oportunidades de seus alunos, foi originalmente chamado de “integração”. Essa corrente teve grande destaque nas décadas de 1970 e 1980, ajudando a criar padrões expressos em expressões como “se possível”, “desde que sejam capazes de integrar”, etc. Uma atitude tão restritiva e restritiva não corresponde plenamente aos direitos básicos de ir e vir, saúde, trabalho, educação, lazer declarados hoje, pois para respeitar esses direitos a sociedade deve mudar e acolher todas as pessoas.

Na década de 1990, o debate sobre a integração intensificou-se e surgiram novas questões sobre o papel da escolaridade na diversidade, centrando-se na necessidade de integração dos sistemas especiais e regulares. Assim, a filosofia da educação orientada para a homogeneidade foi substituída pela educação orientada para a diversidade, e na educação especial a ênfase foi colocada na educação como uma categoria com ênfase na disponibilização de todos os recursos/suporte/apoio aos alunos com deficiência.

Conforme a Declaração de Salamanca em (1994) em uma conferência Mundial de Educação Especial assegura a Educação para todos:



Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (Declaração de Salamanca, 1994).

Após a Declaração de Salamanca 1994, a maioria dos países passou a adotar políticas de inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, criando serviços de apoio para garantir acesso igualitário à educação e ampliar as oportunidades educacionais para essa população.

Para Rodrigues (2003) A Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca/Espanha, no ano de 1994, trata-se de "uma verdadeira 'magna carta' da mudança de regras da escola integrativa para a educação inclusiva", vindo reafirmar o direito à educação para todos, independentemente das condições da pessoa, seja ela rica ou pobre, deficiente ou não deficiente.

Percebe-se, desta maneira, que os constantes avanços do pensamento humano, em relação ao conceito de pessoas portadoras de deficiência. Nota-se assim que a consciência social está caminhando mesmo que forma lenta para o concretização para uma sociedade mais inclusiva.

## **2.1 Ações da escola para garantir a permanência e o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais**

A inclusão educacional vem se desenvolvendo no mundo inteiro como um fenômeno social complexo, consequência de lutas das pessoas com necessidades especiais diversas, seus familiares e de movimentos sociais, pelas transformações nas atitudes preconceituosas e segregacionistas que foram se estabelecendo ao longo da história, em relação ao tratamento dado a elas e pela busca de seus direitos na sociedade.

É primordial que as pessoas com deficiência se sintam acolhidas e inseridas de forma natural às rotinas e métodos de ensino, sem cobrança e tolerância às respostas das atividades propostas em sala de aula. O objetivo da educação inclusiva é permitir que esse aluno tenha liberdade e autonomia, aprendendo a agir com naturalidade sem ser pressionado, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Para alcançar esse objetivo, o diálogo com seus parentes é necessário e contribui para a percepção de dificuldades e vitórias, podemos incluir atividades de habilidades físicas e psicomotoras, estimulando com jogos pedagógicos, contação de histórias dentre outras.

O que as escolas devem fazer para que essas crianças se sintam acolhidas? A primeira proposta é estimular o convívio entre as crianças da turma. Para muitos estudantes, o espaço de troca e convívio com os colegas, principalmente fora do círculo familiar, pode ser uma novidade. Considerando que muitas passaram grande tempo dentro de casa devido a pandemia, seja em ensino remoto ou não, suas habilidades sociais não estão tão bem desenvolvidas. Por isso a importância de estimular o convívio saudável entre a turma.

Divida os estudantes em pares ou pequenos grupos. Dê a tarefa de contarem uns para os outros o que mais chamou a atenção num tema específico. Você pode passar um desenho educativo curto, por exemplo, ou levar as crianças para conhecer toda a escola e pedir para que expressem as percepções sobre o que mais gostaram. Outra sugestão é pedir para que desenhem sobre isso e compartilhem com os colegas numa espécie de mural na sala de aula.

O objetivo das atividades mencionada no parágrafo anterior, é incentivar o convívio social e dar espaço para que cada estudante se sinta protagonista e importante naquele espaço. Caso haja algum conflito, mediar a situação de maneira calma e acolhedora. Essa atitude fará com que a criança deposite mais confiança no educador.

Para começar o acolhimento, é interessante apresentar às crianças o local que irão frequentar todos os dias. Fazer uma espécie de “tour guiado” pela escola é uma atividade lúdica que fará os estudantes se sentirem acolhidos e seguros de estarem ali. É um momento em que a criança pode caminhar e conhecer vários espaços da escola, pátio, biblioteca, quadra e etc.

Ao passar por esses momentos de caminhar pela escola, conhecendo suas repartições estimula a familiarização com o espaço e um fortalecimento ou criação

de vínculo com o ambiente escolar. Sendo assim, após essa circulação, é possível fazer uma conversa com os pequenos pedindo esses espaços garantindo a interação e conhecimento de objetos ali dispostos.

Uma outra atividade que sempre rende ótimos frutos, a contação de histórias também é uma sugestão. É possível reunir as crianças em uma roda, promovendo conceitos de organização no espaço, e contar uma história – esta que pode ser escolhida em conjunto pela turma, deixando a atividade ainda mais interativa.

A contação de histórias estimula a atenção e o envolvimento das crianças no que está sendo contado, além de que, no final, pode-se abrir uma roda de conversa para que cada um compartilhe uma opinião sobre o que acabou de ouvir ou, até mesmo, fazer uma atividade que se relacione com o tema da historinha. Os alunos com necessidades especiais precisam ter atividades educativas diferentes como preparo do corpo docente, adaptação do projeto pedagógico, uso da tecnologia, mediação do desempenho (Abramovich, 1994). Segundo Souza, Lima e Sousa (2015) nos mostra que:

Contar histórias remete-nos a nossa infância dos livros infantis, histórias contadas pelos pais, avós, tios. Mas, o ato de contar histórias não é só um passatempo, a história é uma narrativa baseada em um discurso construído a partir de um imaginário de uma cultura. Desde o início da humanidade, a contação de histórias era utilizada para as transferências de conhecimentos de uma cultura, das gerações mais velhas às gerações mais novas. As lendas, fábulas, contos são reproduções de mitos produzidos pelas sociedades e importantes na construção da identidade cultural e social de um povo. (Souza, Lima e Sousa, 2015, p. 5).

A importância de contar história através de livros infantis, nos mostra que não remete ao passar do tempo, mas em uma rica e transferência de conhecimento. O professor deve tão somente valorizar essas práticas em suas ações educativas, pois promove uma aprendizagem além da socialização entre todos em sala de aula.

A importância da interação social, com a possibilidade do desenvolvimento em relação de viver em sociedade e, se adaptar no mundo em que vivem, as instituições de ensino devem se concentrar no empenho com o desenvolvimento de práticas de ensino, para construir novos conhecimentos e técnicas sem nenhuma exclusão e preconceito. Necessita de atitudes de valorização que atravesse toda a sociedade.

É necessário, que a escola nos possibilite aprender novos olhares sobre o mundo e ampliar nossa forma de pensar e conhecer diversas realidades e subjetividades. É fundamental que as escolas estudem práticas de inclusão e esteja dispostas a fazer novos ajustes para enfrentar os desafios da exclusão.

Conforme Stricder e Zimmermann, (2000) afirmam que:

Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais, uma mudança de criar expectativas diferentes fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade (Stricder e Zimmermann, 2000, p. 145).

Sendo assim, conforme a citação acima fazer inclusão é desenvolver técnicas de ensino voltadas às aprendizagens pedagógicas com a inclusão de alunos com suas dificuldades na aprendizagem e venham interagir com os colegas e os próprios professores, os quais devem fazer uso de estratégias de diversidades de atividades como principal ferramenta diária. A diversidade de atividades, por sua vez, tem a ver com inclusão, que tem a ver com assegurar a participação de todos os alunos dentro da Escola em relação às diferenças e dificuldades na aprendizagem e no comportamento.

A escola precisa cumprir de acordo com o projeto político pedagógico – PPP, o papel com estratégias de comunicação como a atividade que tem como objetivo guiar o relacionamento da organização com seus públicos, em busca de confiança mútua, construindo a credibilidade e valorizando a dimensão social da organização, enfatizando sua missão, seus propósitos e princípios que formem alunos mais independentes e autônomos, melhorando assim sua sociabilidade entre família e escola, pretendendo assim formar uma escola de qualidade e convergente para todos.

É importante ressaltar que a escola sozinha não é capaz de realizar transformações, porém ela é a primeira a se fazer a inclusão acontecer. Segundo Freire (2000), “se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção Freire (2000).

A relação da família no desenvolvimento da criança com necessidades é muito importante, pois ela é a responsável orientando, acompanhando e motivando fazendo com que a criança participe de programas educacionais possibilitando assim vários formatos de interação (Arruda, Almeida, 2004, p.16).

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade com uma determinada cultura. Assim, a qualidade da estimulação no lar e na interação dos pais com a criança se associa ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

Segundo Carneiro (2012), “E sua transformação no prazeroso de valor lícito e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica”, as alterações urgentes para que seja cumprida com as determinações legais curado de substância estruturais, econômicas, de recursos humanos e pedagógicos.

Carneiro (2012), nos afirma que:

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (Carneiro, 2012, p. 86).

O exercício pedagógico ainda se encontra com muita fragilidade, profissionais despreparados para receberem crianças portadoras de deficiência em sua sala de aula, a formação continuada e a organização dos professores tende a focalizar não apenas preparação para a docência de crianças sem necessidades especiais de aprendizagens, ou seja, a falta de experiência e de preparação destes profissionais acaba resultando muitas das vezes em afastamento dessas crianças do ambiente escolar. tende a hospedar reflexos no decurso instrutivo dessas crianças. Com isso destacamos a perspectiva de Arroyo (1998) enfatiza que:

[...] Nada justifica, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados [...] (Arroyo, 1998, p.41).

Percebe-se que conforme a fala de Arroyo (1998) na citação, a falta de preparação dos professores acabam deixando de lado a aprendizagem dessas crianças portadoras de deficiência, entendendo que as mesmas não só aprendem com mediação do professor em sala de aula, mas com todos em sua volta.

Para Carneiro (2012) a recíproca entre as crianças contribui para formar uma geração mais consciente, sem preconceitos e diferente. Mais que isso aconteça deve elevar um exercício pedagógico em crianças da Educação Infantil que possam exercitar o respeito, o companheirismo, e conceito de consigo e com o outro, dentre outros tantos valores, visando a composição de cidadãos justos e éticos.

Os primeiros três anos de vida do pequeno serão decisivos para a produção da personalidade, da inteligência, da língua e da socialização. Esses primeiros três anos correspondem aos anos da creche, que em muitas instituições de ensino funcionam de forma integral.

Todos os estímulos direcionados a crianças de 0 a 3 anos serão muito mais intensos, pois a ampliação desenvolvida nesse ciclo é consideravelmente mais rápida do que em equiparação aos anos posteriores. Mas cabe ressaltar que não são somente os estímulos positivos, basta ainda os negativos que são propensos a causar resultados na fase adulta. Nesse contexto, Mendes (2010) ressalta que “a ampliação do cérebro é muito mais vulnerável nesse nível e pode haver enfraquecimento por fatores nutricionais, pela espécie da interação, do atento e do excitação proporcionado à criança” (Mendes, 2010, p. 47- 48).

A Declaração de Salamanca (1994), trouxe uma grande colaboração para a educação inclusiva permitindo a oportunidade de Educação para todos, ou seja, inclusive para as pessoas portadoras de deficiência, é claro e evidente que até hoje enfrentamos grandes desafios para o aprimoramento de um comportamento verdadeiramente inclusivo. Dentre esses problemas, destaca-se a consciência de que devemos viver em uma sociedade que permita de fato e direito o ensino inclusivo.

Para isso, entende-se que as instituições precisam seguir algumas recomendações por meio de um planejamento contínuo com todos que fazem parte da escola, para que venham juntos na elaboração do PPP, obter o gerenciamento junto a coordenação, soluções grandiosas e com sucessos, para isso algumas das

sugestões seguem para melhor desempenho e maior garantia desses alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino pública.

Compreende-se que Comunicação sempre vai ser a melhor forma de combater impactos inconvenientes nos processos de inclusão. Sempre haverá dificuldades, porém, a equipe multidisciplinar precisa conhecer e buscar amenizar as mais diversas situações, podendo combater todo e qualquer tipo de discriminação e a exclusão, para garantir a socialização de todos.

Avaliação individualizada é de grande importância e deve ser contínua, pois cada aluno possui uma necessidade e nível de aprendizagem diferente e requer um olhar mais centrado do docente e acarreta uma maneira muito particular no desenvolvimento.

Essas avaliações devem conter Matérias adequadas e atendimentos frequentes sabe-se que a inclusão não acontece como deveria ser, a falta de materiais pedagógicos adequados e que todos precisam aprender. As salas multifuncionais precisam estar totalmente disponíveis e com todos os objetos e atividades que envolva todos sem exceção a tecnologia na escola precisa estar presente, o auxílio desses eletrônicos como, por exemplo, notebooks, tablets, computadores as salas de informática com profissionais que desenvolvam atividades usando os objetos possibilitam um mundo de um universo com várias capacidades.

### **3 A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR**

É muito importante ter um olhar mais atencioso, sobre como acontece a inclusão social no ambiente escolar, pois a maioria das escolas não está preparada para oferecer o que esses alunos com necessidades especiais precisam.

Então vamos tentar imaginar todas as deficiências que os alunos sentem quando chegam e têm que enfrentar um ambiente que não os aceita, e a frustração que o professor sente ao se deparar com uma realidade completamente diferente. estudou na universidade. Devemos entender que o mundo não é uniforme porque as pessoas são diferentes e que os professores são pessoas que muitas vezes passam mais tempo com os alunos do que com os pais.

A escola não é mais o que encontramos no século passado, um espaço homogeneizado onde apenas as crianças eram, como disse antes, os chamados “normais”. À medida que aumenta a inclusão das escolas, estamos cada vez mais expostos a um tipo diferente de escola social mista, mais aberta, o que significa que um espaço escolar bem planejado se torna mais feliz, mais rico e mais colorido no processo de ensino e aprendizagem.

Quando falamos em inclusão escolar, devemos lembrar que é um marco social que representa um enorme avanço em nossa sociedade, pois até recentemente mantinha alunos com necessidades especiais trancados em suas casas. Hoje essas crianças chegam à escola e recebem o tratamento diferenciado que necessitam para um bom desempenho, portanto tal inclusão deve ser vista como uma grande conquista histórica que demorou, mas que chegou e deve ser vivenciada no nosso dia a dia. durante o dia, porém, ainda não podemos afirmar que temos uma escola totalmente inclusiva, comprometida com a diversidade escolar, porque ainda enfrentamos algumas resistências quando alguns educadores abordam o tema da inclusão, conforme nos Para Montoan (2003):

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios[...] os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. Se o momento é o de enfrentar as mudanças



provocadas pela inclusão escolar[...] e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares! (Montoan, 2003, p.26).

Por outro lado, temos Gadotti (2000), que destaca mudanças como a inovação do ensino, nos países ocidentais ocorridas em meados do século XX e cujas origens são muito diversas: “tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia”. Gadotti (2000) viu que “ainda não se tem idéia clara do que deverá representar, para todos nós, a globalização capitalista da economia, das comunicações e da cultura”, discutiu o autor o tema ainda é um caminho aberto com muito a ver, abrangendo todos os estudiosos do assunto.

Vivemos em uma sociedade onde no (Brasil) é normal que sejamos todos iguais. Os preconceitos e as práticas sociais de discriminação encontram o seu lugar nesta visão distorcida das diferentes pessoas, especialmente porque há uma enorme luta pelos direitos das diferentes pessoas (marginalizadas) que são muitas vezes relegadas às margens da nossa sociedade. Eles têm menos chances de lutar por um emprego ou estudo decentes, por isso podem ser considerados socialmente marginalizados Montoan (2007).

Existem no Brasil no sistema educacional muitas barreiras na aprendizagem a serem superadas, não é impossível podem ser superadas pela sensibilidade do professor quando ele deixa de valorizar, a entrega de conteúdos e conceitos e passa a focar nos processos de aprendizagem de seus alunos.

Neste sentido, Montoan (2007) argumenta que:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças (Montoan, 2007, p.45).

A nossa realidade é completamente diferente, no sentido de que questionamos por que é que tantas escolas “ditas inclusivas” representam práticas pedagógicas muito distorcidas daquilo que seria de esperar se essas escolas fossem verdadeiramente inclusivas, por que tais escolas ainda utilizam medidas disciplinares

essencialmente excludentes. Devemos reforçar constantemente a necessidade, e a importância da educação inclusiva como um ideal que está além da utopia, mais próximo da realidade.

É claro que a inclusão deve partir da instituição mais fundamental, ou seja, a família e passam por diversas instituições sociais, simplesmente porque consistem em grupos de pessoas. Além deste fato já importante, devem lembrar que apenas a inclusão não é suficiente, mas há uma clara necessidade de manter práticas inclusivas no nosso dia a dia.

Nossas escolas devem mudar, mas fazer essas mudanças não é fácil, é preciso redefinir as escolhas pedagógicas que levem a que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, além, é claro, de voltar a aprendizagem para o seu sujeito, cabeça sobre a escola, A escola é de fato um lugar onde os alunos aprendem.

Não podemos esquecer também que cada aluno tem seu horário de estudo e esse tempo deve ser respeitado. E por último, mas não menos importante, respeite o professor e incentive-o a continuar aprendendo, pois ele é o responsável pela principal missão de qualquer escola, a aprendizagem dos alunos.

Montoan (2003) é sábia ao dizer que:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos (Montoan, 2003, p.29).

Em contextos educacionais inclusivos, que preparam os alunos para a cidadania e visam ao seu pleno desenvolvimento humano, como quer a Constituição Federal de 1988 (art. 205) Brasil (2002), discorre que as crianças e adolescentes com deficiências não precisam e não devem estar fora das turmas comuns das escolas de ensino regular de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, frequentando classes e escolas especiais (Brasil, 2002, p. 46).

O grande desafio da educação inclusiva é que não existe magia que a faça acontecer, adaptar as escolas de acordo com as necessidades emergentes, introduzir oportunidades educativas abriu novas oportunidades para as escolas se tornarem num verdadeiro ambiente aberto, às diferenças.

### **3.1 Benefícios da educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência**

A educação Inclusiva tem se tornado um enorme desafio para os mais diversos profissionais que trabalham na promoção do desenvolvimento de discentes com deficiência. Tais discentes têm a escola como um ambiente de suma relevância para o desenvolvimento para no que diz respeito ao âmbito social, emocional e acadêmico, a começar de oportunidades de vivências que estimulam a interação e mediação para o alcance de aprendizagens significativa (Silveira, Enumo e Rosa, 2012, p. 695).

Nesse sentido, entendemos que o docente é o agente facilitador dos processos de desenvolvimento de aprendizagem que mediará as experiências escolares para alunos portadores de deficiências, ou seja, o professor é uma das peças principais nesse processo, mas recaia sobre a escola a tarefa em definir a inclusão como objetivos no projeto Político Pedagógicos, e elaborar metas para a sua prática a cada ano.

Com a Declaração de Salamanca (1994) um dos benefícios fundamentais da Educação Inclusiva para crianças deficientes é a oportunidade das pessoas deficientes serem participantes do sistema educacional.

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional (Unesco, 1994).

Compreende-se desta maneira, que os Estados devem assegurar educação para as pessoas portadoras de deficiência sendo é um benefício que desrespeito à todos, a escola deve promover momentos de formação para professores e demais profissionais promover a convivência e diversidade no ambiente escolar; disponibilizar materiais de estudo e conscientização para toda a comunidade escolar; Auxiliar os professores na construção de planos de ensino personalizados para os estudantes.

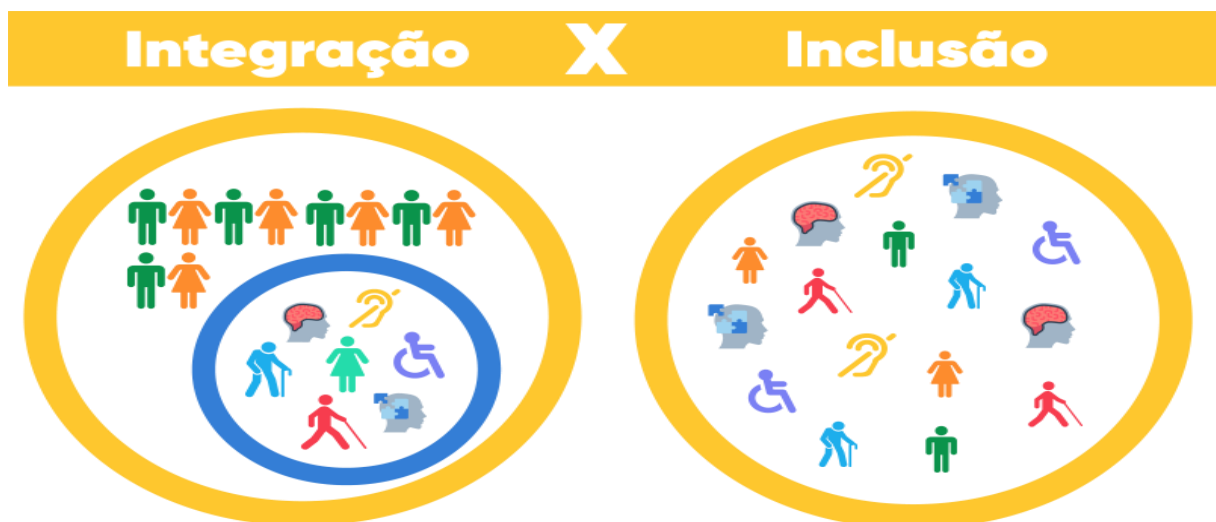
Segundo Bueno (1999), a declaração de Salamanca trouxe um avanço significativo e benéfico, tendo em consideração que se volta a uma escola, que deve vivenciar na prática, não existe, mas indica que todos os governos devem assegurar, como prioridade política e financeiramente o aprimoramento de seus sistemas educacionais de modo que se tornem aptos a incluírem todas as crianças apesar de suas diferenças ou dificuldades.

Sendo assim, conforme a Declaração de Salamanca (1994) “aqueles com necessidade educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades”.

Para beneficiar os portadores de deficiência de fato e direito, se faz necessário levar em consideração a mudança no que diz respeito ao olhar da escola, pensando não na adaptação do aluno, mas na adaptação do contexto escolar aos alunos inclusivos. Isso significa torná-lo múltiplo, rico de experiências e possibilidades, pronto para viver, conviver com o diferente, rompendo barreiras humanas.

Com isso, A educação inclusiva se volta à diversidade inerente à espécie humana e busca visualizar e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-aluno, seja em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos (Lopes, 2012). Vejamos o que nos mostra a imagem 1 que fala sobre a integração e inclusão:

**Imagem1 – Integração x Inclusão**



Integração enxerga a pessoa com deficiência como sendo “diferente” ou “especial”, e a única que possui necessidades de aprendizagem diferenciadas. Acredita que a pessoa com deficiência precisa ser “curada” ou que as suas limitações devam ser ocultadas para que ela se encaixe na sociedade. A pessoa com deficiência precisa se adequar à realidade de uma escola regular e àquilo que a sociedade define como sendo o padrão. Alunos com deficiência frequentam a escola regular, mas permanecem excluídos, à margem do convívio social.

Para Bueno (1999), o que faz a diferença entre a integração e inclusão, já que as duas priorizam a incorporação de crianças com necessidades educacionais especiais pelo ensino regular, é que para ele embora as duas perspectivas tenham como diretriz a incorporação, existem diferenças de fundo, declara, pelo menos duas características relevantes. Ou seja, a integração tinha como conjectura que o problema residia nos aspectos das crianças excepcionais, na medida em que centrava toda a sua argumentação na perspectiva da detecção, mais precisa desse aspecto e no estabelecimento de critérios baseados nessa constatação para incorporação ou não pelo ensino regular, que se declarava pela seguinte afirmação “Sempre que suas condições pessoais permitirem”.

Já a Inclusão ressalta por Bueno (1999), considera que existem várias diferenças que se originam de condições pessoais, sociais, culturais e políticas, tem como suposição que a escola atual não consegue dar conta dessas diferenças, na medida em que proclama a necessidade de transformações estruturais escolares.

Desta feita, a Inclusão defende que todas as pessoas são diferentes entre si e possuem necessidades de aprendizagem diferenciadas, não almeja “curar” ou ocultar as limitações da pessoa com deficiência, mas promover mudanças sociais que possibilitem sua inclusão, a escola e a sociedade como um todo precisam se adequar para reduzir as barreiras impostas às pessoas com deficiência, alunos com deficiência não só frequentam a escola regular, como também interagem e participam ativamente do convívio social. E acima de tudo, esta mudança envolve o desmantelamento de um modelo de pensamento ultrapassado que prefere eliminar todos os desvios a mudar os espaços e práticas da sociedade para incluir todos os indivíduos com as suas características únicas.

De acordo com a declaração de Salamanca (1994) diz que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Declaração de Salamanca, 1994).

Lopes (2012) nos afirma que o ensino inclusivo não deve ser comparado com Educação Especial, que se apresenta numa grande diversidade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com o apoio especializado. O ensino especial desde que surgiu é um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, que se baseia na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser providas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo seja em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

Sabe-se que o ensino inclusivo é uma tarefa desafiadora, possui várias dificuldades que tem de ser superadas aos poucos, através de novas experiências, atitudes, concepções e acima de tudo investimentos financeiros, onde demanda tempo, porque a educação no Brasil tem ainda muito que avançar.

### **3.2 Necessidade educativa especial – NEE - legislação e políticas públicas**

Desde o início das discussões sobre educação inclusiva, percebe-se a preocupação com a criação de leis e formas de atendimento que possibilitem à pessoa com deficiência uma educação de qualidade.

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a idéia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população. Assim, é necessário considerar a implantação de propostas com vistas à gestão, à formação de professores, às metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos (Lopes, 2012).

As primeiras diretrizes educacionais e leis de base nacionais - a LDBEN Brasil (1961), que lançou as bases para o atendimento educacional às pessoas com deficiência - dedicaram alguns artigos de seus textos à educação dessas pessoas. A primeira LDBEN que instituiu um serviço educacional para deficientes foi a Lei nº 4.024/61, nesta lei há dois artigos dedicados às pessoas “excepcionais”, seu artigo 88 diz que “as pessoas excepcionais devem se adaptar o melhor possível ao sistema educacional geral, para integração na sociedade” (Brasil, 1961).

Sob a óptica da legislação educacional, a Educação Especial foi contemplada inicialmente no texto da lei 4.024/61 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional e estabeleceu, em seu artigo 88, que a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Com a instituição da nova lei da LDB 9.394/96 art. 58, passou-se a entender por Educação Especial, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Na rede pública, todos com diferenças individuais têm acesso e direito garantido de forma que possam se assemelhar cada vez mais aos demais cidadãos inseridos no contexto social.

A lei da LDB 9.394/96, especificamente no referido artigo 58 Brasil (1996), deixa bem claro que quem ingressa no sistema normal de ensino é deficiente e não o contrário. Além da adaptação ao “sistema de ensino geral”, nem todas as pessoas com deficiência tiveram direito a ser educadas numa escola normal, porque a própria lei diz que a integração ocorrerá “se possível”.

Os alunos com deficiência podem estudar em escolas regulares se conseguirem acompanhar as atividades não essenciais. -colegas com deficiência, o que significa restrições de acesso dos alunos com deficiência ao mesmo ambiente dos alunos com deficiência.

Em 1971, a Lei nº 5.692/71 alterou a LDBEN de 1961 Brasil (1971), retirando o termo “excepcional”. Nessa lei há apenas um artigo dedicado à educação dos deficientes, o artigo 9º, que diz:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela administração da educação especial no Brasil, mas os esforços para o bem-estar social continuaram. Um dos principais objetivos da nossa lei básica e suprema, a Constituição Federal de 1988, é “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação” (Brasil, 1988).

Quanto à educação das pessoas com deficiência, está na Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 4º, III, Brasil (1996) que fala dos serviços educativos destinados a elas e diz que cabe ao Estado garantir serviços educativos especiais às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A palavra “preferencialmente” abre espaço para a prestação deste serviço também em instituição especializada.

A regulamentação da criança e do jovem – Lei ECA nº 8.069/90 – dedica uma pequena parte do seu texto – artigo 55 – ao atendimento educacional especial aos deficientes, aliás o ECA reforça os dispositivos da Constituição Federal. acrescenta que “Os pais ou responsáveis têm o dever de matricular seu filho ou pupilo na rede regular de ensino”. (Brasil, 1990).

Em 1990 e 1994, dois documentos internacionais começaram a influenciar a formulação de políticas públicas sobre educação inclusiva no Brasil. A primeira foi a Declaração Mundial sobre Educação para todos, a declaração de Salamanca um documento elaborado em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9. durante a conferência mundial realizada em Março de 1990. O documento afirma que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial (Declaração de Salamanca, 1994).

E fala também em garantir a igualdade de acesso à educação para os deficientes. Outro documento muito famoso é a Declaração de Salamanca de 1994, uma resolução adoptada pela Assembleia Geral da ONU, que apresenta os procedimentos padrão da ONU para a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.



A Declaração de Salamanca 1994 diz que:

“[...] o nosso compromisso com a Educação para todos, reconhece a necessidade e urgência do providencialmente de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (Declaração de Salamanca, 1994).

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que orienta a “integração da educação”, que permite o acesso às salas de aula regulares para aqueles que [...] Conseguem acompanhar e desenvolver os currículos programados, no mesmo ritmo, como os chamados alunos regulares" (Brasil, 1996). Esta política responsabiliza-se pela educação desses alunos apenas no âmbito da educação especial.

Nossa atual lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), dedica um capítulo inteiro – V – à educação especial. O Artigo 58 da Lei recomenda dar prioridade à oferta de educação especial. para alunos que necessitam de educação especial da rede regular de ensino; Se necessário, a escola regular deverá contar com serviço especial de apoio às necessidades especiais dos alunos da educação especial; a ajuda educativa não é prestada na rede regular de ensino, caso o aluno não apresente condições especiais decorrentes da sua deficiência, a ajuda deverá ser prestada em aulas, escolas ou serviços especiais.

Os sistemas educacionais devem fornecer aos alunos um currículo, métodos, ferramentas e organização específicos para atender a essas necessidades, garantir uma qualificação especial para aqueles que, devido a deficiência, não atingiram o nível necessário para obter o ensino primário; e garantir a aceleração dos estudos dos alunos talentosos para a conclusão do programa escolar; define, dentre as normas organizacionais da educação básica, a possibilidade de progressão em cursos e turmas por meio do controle de aprendizagem, bem como professores da respectiva profissão que sejam capazes de integrar alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.

O artigo 2º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 estabelece que o sistema de ensino deve incluir todos os tipos de alunos, inclusive os alunos com necessidades especiais, proporcionando-lhes qualidade Educação tudo treinamento O Plano

Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001) amadurece a ideia de inclusão, pois segundo o plano, o grande avanço que a Década da Educação deveria produzir seria a construção da educação inclusiva . . escola garantias para servir a diversidade das pessoas.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. O Brasil é signatário deste documento elaborado na Guatemala para a Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. Este documento é uma reinterpretação da LDBEN.

### **3.3 Atendimento à criança especial**

As crianças com deficiência precisam de uma abordagem sensível, compreensiva e adaptativa às atividades e interações sociais dos profissionais da educação. Cada deficiência possui peculiaridades e características próprias, mas isso não faz do aluno um indivíduo preguiçoso que não pode aprender, ensinar e desenvolver suas habilidades.

Para o MEC (2002) Considera-se público-alvo do AEE:

**a.** Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (MEC, 2002, p,2).

A Sala de Aula de Serviços Profissionais atua como intermediária nas relações gerais de aprendizagem em sala de aula e no desenvolvimento de habilidades, formando assim recursos educacionais profissionais na rede geral de ensino. Na verdade, na realidade das salas de aula superlotadas nas escolas brasileiras, os professores muitas vezes não têm condições ou oportunidades para adotar uma perspectiva tão sensível em relação aos alunos com deficiência. É nesta fase que a AEE intervém, dando especial atenção aos alunos e respondendo às suas necessidades.

A necessidade de quebra de barreiras para um trabalho colaborativo é primordial e pode ajudar a quebra de estigma. A professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele. (Bedaque, 2014, p. 161).

O sistema de atendimento do AEE da rede escolar funciona da seguinte forma: os alunos com deficiência são admitidos na sala de aula com outros alunos em horário diferente da sala regular e são atendidos na sala do AEE. Para que um professor profissional especialista em serviço possa avaliar e monitorar se o engajamento está ocorrendo e se o aluno está progredindo educacionalmente. Por meio de atividades orientadas, respeitando e paralisando o que o professor regular ensina, o especialista analisa e dá sua opinião sobre o aluno em questão (MEC, 2002). A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização:

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos[...] (MEC, 2002, p.3)

Através dos relatos dos professores do AEE, o Ministério da Educação entende a situação dos alunos tanto no âmbito escolar quanto familiar. Esta relação entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento de cada aluno, sendo também

crucial o desenvolvimento das crianças. É importante que a família compreenda suas peculiaridades sob diferentes pontos de vista para alcançar o desenvolvimento intelectual e social (MEC, 2002).

Dentro do Departamento de Educação Especial existem diversos recursos para promover a educação para a dignidade dos alunos com deficiência. Através de uma variedade de jogos que estimulam o pensamento lógico e espacial, a coordenação motora, a matemática e tópicos de português, ajuda os alunos a enriquecer os seus conhecimentos e a aprender de uma forma divertida e inteligente. Esta é uma opção para crianças especiais, e suas cores e design inspiram na criança o desejo de explorar e usar a ferramenta no Google (Docarmo, 2015).

As ferramentas digitais (computadores) partem do pressuposto de que as novas tecnologias e a difusão das redes sociais se adaptam, além das necessidades de cada tipo de deficiência, às condições sociais que vivemos hoje. A mídia social é algo que todos usam e com a qual se comunicam, e é outra forma de aprendizagem e interação que permite que alunos com deficiência se integrem em diferentes ambientes. É importante introduzir coisas novas, pois os computadores ainda estão aprendendo a utilidade desta tecnologia para a aprendizagem.

**Imagem 1** - Alfabeto em Braille



**Fonte:** Google; Victor Tecco

**Imagem 2** - Máquina de Braille



**Fonte:** Google; Loja Civiam

O Braille é essencial como recurso de aprendizagem para alunos com deficiência visual porque é a sua forma de escrita, e outro recurso do AEE, a máquina Braille, é fornecido não apenas para alunos com deficiência, mas também como recurso de escrita para outros. Problemas visuais: Os professores do AEE devem ser capazes de ensinar crianças e adolescentes com deficiência a utilizar as máquinas. As salas dedicadas aos serviços educativos oferecem uma variedade de recursos digitais, livros e jogos, todos acessíveis ao maior número possível de crianças com deficiência, para que nenhuma delas se sinta excluída ou privada do acesso a uma Educação de qualidade (MEC, 2002).

## 4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa dizem respeito às pesquisas bibliográfica e qualitativa, as quais viabilizaram o aprofundamento temático sobre a Garantia da aprovação do aluno com necessidade educativa especial – NEE - na rede regular de ensino: problema ou solução. Através dos fundamentos teóricos de autores renomados que trouxeram contribuições significativas para este objeto de pesquisa, conseguimos explorar as várias nuances pertencentes ao cenário da Educação especial no ensino regular.

Segundo Gil (2002), pesquisa bibliográfica significa ler, analisar e interpretar material impresso. Entre eles podem ser mencionados, livros, documentos impressos ou fotocópias, periódicos, fotos, manuscritos, mapas. Segundo Duccato (2006), o objetivo da pesquisa bibliográfica é mapear o tema em estudo, a fim de atualizar e desenvolver o conhecimento. Para realizar esta pesquisa, é importante que nos baseamos em alguns conceitos para uma melhor compreensão deste processo investigativo.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (Minayo, 2009, p. 16).

Desta forma, entendemos a pesquisa como um momento de inquietação e questionamento, que visa buscar respostas para uma determinada questão. O objetivo é alcançar esse objetivo para poder trazer contribuições significativas à realidade. De acordo com as contribuições de Minayo (2009):

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais (Minayo, 2009, p. 16).

A pesquisa é um processo de descobertas sucessivas que se somam ao conhecimento existente. Segundo Minayo (2009, p. 27), o ciclo de pesquisa não se encerra, pois, toda pesquisa produz informações e gera novas questões. Uma

abordagem qualitativa é uma pesquisa que não foca na quantificação dos dados numéricos, mas na qualidade das informações obtidas.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2009, p. 21).

O objetivo desse tipo de pesquisa não é apenas trazer a interpretação do pesquisador, mas tenta examinar minuciosamente os dados coletados para que esse trabalho seja feito da forma mais imparcial possível, e tenta mostrar como os educadores se articulam, planejam e planejam, na prática docente. praticar atividades de hobby, priorizando sempre as etapas de desenvolvimento dos alunos, procurando proporcionar alegria no ensino e na aprendizagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora possa ser assustador devido ao número e ao conteúdo das mudanças, a inclusão é, como muitos dizem, “o caminho sem volta”. Contudo, nunca há tempo para reforçar as condições para que esta inovação aconteça, marcando, sublinhando à consciência dos professores o valor das nossas escolas corresponderem às expectativas dos seus alunos desde o jardim de infância até à universidade.

A escola prepara o futuro e, claro, quando as crianças aprendem a valorizar e conviver com as diferenças na sala de aula, são adultos muito diferentes de nós, que temos que trabalhar muito para compreender e vivenciar a experiência da inclusão!

O movimento de inclusão escolar, embora ainda controverso devido ao caráter ameaçador de qualquer mudança, especialmente nos ambientes educativos, convenceu-se pela lógica e ética da sua localização social. Ao denunciar a divisão entre o velho e O novo nas instituições educacionais brasileiras, a inclusão expõe os males do conservadorismo acadêmico que permeiam nossa infância e nossos anos escolares.

Acredita-se que o futuro da educação inclusiva depende da rápida expansão de programas que estejam verdadeiramente empenhados em transformar as escolas e na adaptação à nova era. Se hoje esses projetos ainda se limitam a experiências locais, eles demonstram a viabilidade de integração nas escolas e redes educacionais brasileiras devido à sua forte evidência e aparente simplicidade. A aparente fragilidade das pequenas iniciativas é suficiente para nos dar confiança e otimismo para enfrentar o poder das velhas máquinas enferrujadas. A participação é um sonho possível!

Espera-se que por ter sido enfatizado a necessidade de pessoas portadoras de necessidade estarem inseridas na rede de ensino regular pois é garantido por lei esse direito, os profissionais da área busquem uma formação contínua a fim de que possa, incluir essas crianças em sala de aula ofereça-lhe uma aprendizagem significativa, e a escola em seu ensino regular veja a necessidade da grande importância de promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo e a necessidade de promover uma educação igualitária e de qualidade para todos. Espera-se também a participação das famílias nesse processo de inclusão e aprendizagem, pois sabe-se que TAMBÉM se reflete nas relações sociais da família, tomando como certo, em um relacionamento educação inclusiva, o serviço social é eficaz no meio de tantas coisas indiferença.



## 6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Mário Antônio. ALMEIDA, Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar.** Inclusão baseada em evidências científicas. Rio Preto. ABDA.2004.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices.** São Paulo: Scipione, 1994.

ARROYO, Miguel Gozales. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis: Vozes, 1998.

ANACHE, A. A. MACIEL; C. E. MACIEL. (Org.) Educação Especial. Campo Grande, MS – 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?.** *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 1999, vol.03, n.05, pp.07-25. ISSN 1413-6538.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA.** Lei nº 8.069/1990.

Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS)>. Acesso 4 de Novembro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação Básica.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 5296, de 2 de dezembro de 2004. **Lei de acessibilidade.** Disponível em:< <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>>. Acesso em 05 nov.2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024/61.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso 20 de novembro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692/71.** Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site>>. Acesso 20 de Novembro de 2023. Ministério da Educação.

CARMO , Elidiane Torres do. **Importância dos Jogos como metodologia da Educação Inclusiva na escola Municipal Morro Encantado em Cavalcante Goiás.** 2015. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP, Brasília/ DF, 2015.

CARNEIRO, Relma Urlel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Tailândia, 1990. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao\\_Jomtien.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf). Acesso em 20 de maio de 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, **Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2023.

FERREIRA. J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especial.** Campinas: Caderno CEDES, V19, Nº46, p.7-15, setembro 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Livro, São Paulo: 2000.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 03-11. ISSN 0102-8839.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LOPES , Lorena Martin. **Ludicidade: Uma alternativa para a Educação Inclusiva no Ensino Regular.** 2012. Monografia (Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2012.

MARIOTO, Sofia Rabelo Marioto. Inclusão escolar: um estudo sobre atuação pedagógica de professores no ensino de alunos com deficiência. /Sofia Rabelo Marioto. -2013.

MENDES, E. G. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial.** In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 1996.

MENDES, E. G. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía, v.22, n.57, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/361522-Breve-historico-da-educacao-especial-no-brasil.html>>. Acesso em: 24 de Out. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. Acesso em 27 de maio de 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 2007.

MAZZOTA, José. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PADIAL, M. S. **Processo de integração do portador de necessidades educacionais especiais no ensino regular.** 1996. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, p. 73-80, 2003.

SILVEIRA, Kelly Ambrosio; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; ROSA, Edinete Maria. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura**, Rev. Brasil. Esp. Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, Out-Dez, 2012.

SOUZA, Alkeíres Joseane de; LIMA, Thâmara Karla Pereira; ANDRADE, Wilma Pastor de. A contação de história para a criança surda no ciclo de alfabetização. **A contação de história para a criança surda no ciclo de alfabetização**, Pernambuco, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca, Espanha, 1994. 49p.